

Aprovada na 830ª Sessão

ALADI/CR/Ata 827
12 de fevereiro de 2003
Horas: de 10h a 11h45m

ATA DA 827ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Despedida do senhor Conselheiro Flavio Tarsetti Quezada, Representante Alternado do Chile.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração da Ata correspondente à 826ª Sessão.
 4. Apresentação do documento encomendado à Secretaria-Geral pelo Comitê de Representantes ALADI/CR/di 1513, 1513.1 e ALADI/SEC/dt 454.
 5. Outros Assuntos.
 - Seminário Temático do Comitê de Rotas de Integração.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein, Margarita Polverini, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez e Álvaro Calderón (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Haroldo de Macedo Ribeiro, Maria Elisa Rabello Maia, Michel Arslanian Neto e Luciano Mazza de Andrade (Brasil) Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada, Oscar Quina e María Antonieta Jara (Chile), Claudia Turbay Quintero (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Julio Prado Espinosa (Equador), César Manuel Remis Santos (México), José María Casal, Teresa Aurora Narvaja, Nancy Doria de Guggiani e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, Miguel Pereira e Mariella Crosta (Uruguai), Nancy Unda de González (Venezuela), e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE: Bom dia. Damos início à 827ª Sessão.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Abro para consideração a Ordem do Dia e, se não houver observações, dá-se por aprovada.

- Despedida do senhor Conselheiro Flavio Tarsetti Quezada, Representante Alternado do Chile.

O primeiro ponto, novamente, é a despedida de um amigo e uma pessoa que contribuiu sensivelmente para o trabalho desta Associação, o Conselheiro Flavio Tarsetti Quezada, Representante Alternado do Chile.

A verdade é que, como vimos dizendo reiterada e desafortunadamente nos últimos tempos, vamos um por um, como no conto dos indiozinhos, perdendo aqueles que deram sustento ao trabalho desta Associação nos últimos tempos.

Eu não tive a oportunidade de trabalhar de forma direta com o amigo Tarsetti, mas sei, é claro, de sua bonomia e de sua disposição para o trabalho pelos comentários de distintos grupos.

Lamentamos realmente esta partida, mas essa é a ordem natural da vida diplomática e, ademais, dizem os filósofos que os homens acostumam-se a tudo e, à força de despedidas, parece que nos vamos acostumando a despedir os amigos, o que não impede

que tenhamos uma quota de dor, mas junto com isso, a sensação de que, por alguma razão, essas coisas acontecem.

Também gostaria de desejar-lhe que, em seu novo destino, que estamos seguros há de estar de acordo com suas qualidades e com sua trajetória, tenha muita sorte e muito êxito, que é o que ele e sua família merecem.

Não me quero estender mais, porque a realidade é que todas essas despedidas têm essa característica em comum; digo sorte, êxito, e foi um prazer compartilhar esse trajeto da vida e do trabalho.

Passo a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO GERAL: Muiíssimo obrigado, senhor Presidente.

Novamente temos de despedir um dos Representantes Alternos junto à Associação e, neste caso, um amigo muito querido, já que em sua passagem por Montevidéu não apenas compartilhamos esta mesa, mas também outras melhor servidas, por certo, e provavelmente melhor regadas; e essa passagem de Flavio por Montevidéu abriu caminho para estabelecermos uma grande amizade pessoal, que apreciamos e valorizamos muito.

Dentro dessa história em comum que levamos, Flavio em seu destino futuro continuará solidificando essa historia, pois irá a um destino trabalhar com um grande amigo de todos nós, por quem, no lado pessoal, guardo um grande afeto e um carinho muito especial, que é o querido Embaixador Augusto Bermúdez, com quem irá colaborar, lá em Santiago do Chile, amigo nosso de tempos já imemoráveis.

Agradecer a Flavio pelo respeito que dedicou à Secretaria não faz sentido, porque é parte de sua forma de ser, mas quero dizer-lhe que vamos sentir muito sua falta na Secretaria, que para nós não vai embora um Representante Alterno com todas as suas qualidades e qualidades como diplomático, mas um amigo, ao qual vamos recordar sempre com muito afeto, com muito carinho, e estamos seguros de que os princípios da ALADI irão com ele aonde quer que seu destino o leve no futuro.

No momento, o destino imediato o leva a um reduto aladiano dentro da Chancelaria chilena, onde, também nesse escritório que dirige o Embaixador Bermúdez, está nosso outro querido amigo, o Ministro Alfonso Silva, de quem temos grata recordação de sua passagem como Alterno do Chile neste Comitê.

Flavio, muita sorte, muito êxito e as saudações aos amigos que estamos certos de que vamos reencontrar em breve. Êxito!

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández): Muito obrigado, senhor Presidente.

Como todos puderam observar, eu me precipitei a pedir a palavra, porque compartilho totalmente esse sentimento de lamentação pela partida de um amigo, pela partida de um companheiro de bancada, que vai embora. E estaremos lamentando, com muita razão, por

ter compartilhado nosso trabalho comum nos grupos informais, por sua seriedade e profissionalismo, manifesto em todos nossos trabalhos em comum.

Estou lamentando, também, que vou ficando em minoria como fumante nesta área do hemiciclo, lamentando que já não vamos compartilhar mais o cinzeiro, agora incomodarei sozinho as Delegações que me rodeiam, sobretudo o Embaixador Héctor Casanueva e o amigo Oscar Quina, pois a nobre nação chilena, para recompensar esta perda, teve a maravilhosa idéia de trazer outro amigo para suprir esta ausência.

A Flavio desejamos o melhor, assim como a sua família, que já foi instalar-se em Santiago, e, como sempre, muita ventura, muita saúde e muitos êxitos em seu próximo trabalho que, como já se disse, indubitavelmente continuará sendo em função da integração e dos objetivos desta Casa, que é a ALADI. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz): Obrigado, Presidente.

A verdade é que é uma sensação de desassossego que começa a preencher-nos. Quase confesso que a gente se despede de um bom amigo e ainda melhor profissional com pouca vontade, se fosse possível definir de alguma maneira, porque realmente é algo que dói, o fato de que, de golpe, se esvazie de tal maneira praticamente todo nosso semicírculo de nossos colegas, daqueles com quem trabalhamos todos os dias e, desta vez, é o Flavio.

Eu não vou repetir as coisas que todos sabem, Flavio é uma grande pessoa e um melhor profissional, portanto, só nos resta desejar-lhe o melhor, estamos certos de que voltará a fazer um trabalho excelente na Chancelaria Chilena, ou onde oportunamente seu Governo o designe, e desejar-lhe toda a ventura que se pode desejar. Quiçá haja uma nota que eu possa agregar neste caso, como os senhores sabem, ou talvez muitos não o saibam, todas as mulheres que estão ao redor desta Sala dizem que Flavio é o mais bonito de todos. Vai-se e isso é uma grande vantagem, é a única que temos agora. Os ciumentos ficamos contentes. Obrigado.

PRESIDENTE: Passo a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Julio Prado Espinosa). Obrigado, senhor Presidente.

Jorge adiantou-se na última parte, à minha parte. Eu tenho pouco a dizer, o que tinha a dizer ao Flavio já foi dito em todas as oportunidades.

Simplemente, ao amigo Flavio digo que, desde que cheguei aqui, realmente tive um grande amigo em você, um grande companheiro e, sobretudo, uma grande ajuda e um apoio em muitas coisas, desde profissionais até pessoais, e há isso que você reúne muito bem no âmbito diplomático, um bom profissional e um bom amigo, uma pessoa coerente com seus princípios, suas idéias e seus sentimentos.

Creio que isso é o que mais se deve destacar, sei que, por sorte, seu novo trabalho em Santiago o manterá mais próximo também de nós, com temas relacionados à integração, com o Embaixador Bermúdez e nosso amigo Silva, de quem sempre sentimos falta. Em todo caso, Flavio, receba, de minha parte e de parte de minha esposa, um abraço, sempre terá aqui uns amigos equatorianos que o consideram, o apreciam e espero que os ventos o levem também por minhas terras em algum momento. Um grande abraço e boa sorte!

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Teresa Aurora Narvaja): Muito obrigada, senhor Presidente.

Uma vez mais, quero dizer que despedir a um amigo é sempre um momento não muito agradável para todos. A Representação do Paraguai sente-se realmente entristecida pela partida deste amigo, deste colega que nos ofereceu seu grande apoio, sua colaboração em todos os temas que tivemos que tratar com a Representação do Chile.

Um afetuoso abraço de parte do Embaixador Casal, que também tem grande reconhecimento. Espero, estimado amigo Flavio, que parta bem, muita sorte para sua família e êxitos em suas novas funções. Obrigada.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Passo a palavra à Representação do Peru.

Representação do PERU (Carlos Vallejo Martell): Obrigado, senhor Presidente.

Com a vênua do Embaixador Belevan, uma vez mais assistimos a uma reunião deste Comitê de Representantes para despedir um Representante Alterno, neste caso trata-se de nosso muito querido Conselheiro da Representação do Chile, Flavio Tarsetti.

Sobre sua trajetória profissional devo ressaltar que, apesar de ter obtido o título de engenheiro, posteriormente, parece-me uma feliz decisão, inclinou-se para a diplomacia, ocupando importantes postos tanto em sua Chancelaria, como no exterior.

Na ALADI, durante seus cinco anos, o Conselheiro Tarsetti destacou-se nitidamente por suas sempre oportunas intervenções e importantes contribuições aos debates das sessões dos diferentes órgãos da Associação em temas de especial relevância para nossos países, como o comércio eletrônico, as tecnologias da informação e a sociedade do conhecimento, dos quais a Representação do Chile foi particular impulsora.

Como todos fomos testemunha, em sua passagem pela ALADI, Flavio Tarsetti não apenas demonstrou sua qualidade profissional, mas também fez-se merecedor do apreço e simpatia de todos seus colegas por sua sociabilidade e permanente disposição para atender os diversos requerimentos e consultas que lhe formulavam.

Por tudo o que foi dito, desejo expressar, em nome da Representação do Peru, nosso mais sincero reconhecimento ao excelente profissional e ainda melhor amigo que é o Flavio, ao mesmo tempo em que desejo-lhe êxito nos trabalhos que desenvolverá no futuro, que, estou certo, serão em benefício do processo de integração regional, mais ainda, como foi mencionado por nosso Secretário-Geral, porque fará parte de uma grande equipe, a qual integram, entre outros, o Embaixador Bermúdez e o Ministro Silva, de recordado e meritório trabalho nesta Associação. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado. A Representação da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Em nome da Representação da Colômbia, quero expressar, Flavio, nossa simpatia, nosso reconhecimento por sua característica profissional e por seu temperamento afável.

Pessoalmente, não tive muita oportunidade de estar tão próxima a ele como Guillermo Serna, que tenho certeza que teria querido expressar seu sentimento pessoal, mas eu

tenho algo a dizer em nível pessoal e algo a dizer em nível da Representação da Colômbia. Primeiro como colega, como Representação, sempre estamos conscientes de que nossa passagem é transitória, que existe o momento da chegada e o da partida e o que temos que fazer é aproveitar esses tempos de coincidência.

Nesses momentos de coincidência, pude estabelecer uma relação pequena, mas pessoal com Flavio, quando tive de fazer algumas consultas sobre temas que haviam sido tratados nos Grupos de Trabalho e, amavelmente, encontrei clareza, explicação e boa vontade, assim que sei que esses traços certamente foram reconhecidos, sentidos por outros colegas que o conhecem mais do que eu.

Sei, também, que tem uma atividade e uma participação importante, pessoal no campo das relações internacionais. Estive lendo seu currículo e quero, apesar de que todos o conheçam bem, recordar alguns elementos. Ele ingressou no Serviço Diplomático do Chile pelo concurso de 1977, o que demonstra seu caráter profissional, lutador, e em 1978 ocupou o cargo de Diretor de Relações Internacionais na Chancelaria, depois foi para Georgetown, onde fez uma especialização em Relações Internacionais, e daí para adiante foi fazendo uma carreira ascendente; aqui na ALADI, sei que esteve por cinco anos e sei, como já o haviam expressado abertamente, que continuará com o tema da integração, de maneira que espero, no trabalho de integração, ter a oportunidade de estar mais próximos do que estivemos dentro da ALADI.

Quero, ademais, expressar meus sentimentos de simpatia e minha expressão de boa sorte e bons augúrios no futuro.

PRESIDENTE: Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Afonso Sena Cardoso): Obrigado, Presidente.

Parece-me que, se seguirmos neste ritmo, em breve teremos de declarar os Representantes Alternos uma espécie em extinção, mas antes que isso ocorra, tenho a honra de manifestar, em nome de minha Representação, o apreço pela contribuição, sempre muito positiva, que nosso colega Flavio fez aos trabalhos desta Associação e desejar-lhe êxito em seu retorno ao Chile. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado. Passo a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González): Obrigada, senhor Presidente.

Caro amigo Flavio, em nome da Representação, quero, antes de mais nada, felicitar-lhe por sua atuação, não tive contato diretamente, mas meus antecessores, e sei que atuou com grande ética, profissionalismo e dedicação. Nossos desejos são de que seus novos caminhos sejam cheios de êxito, ao lado de sua família. Obrigada.

PRESIDENTE: A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez): Obrigado, senhor Presidente.

Somente queria expressar que a Representação da Bolívia também adere às expressões de reconhecimento e elogio à tarefa cumprida pelo Conselheiro Tarsetti. Também aproveito para desejar-lhe muito êxito em sua atividade futura, tanto no lado pessoal, como no profissional. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Passo a palavra para a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Elbio Rosselli): Obrigado, senhor Presidente.

Em nome da Representação Permanente do Uruguai, de meus colegas e em meu próprio, queríamos nos unir às palavras, fundamentalmente, às palavras de agradecimento pelo trabalho de Flavio na Associação. Os elogios sobre sua pessoa e outros, às vezes, podem ser considerados por alguns como uma questão de cortesia, mas a todos nos consta, no tempo em que Flavio dedicou-se à Associação, a dedicação, o trabalho que nela desenvolveu e, por conseguinte, temos de agradecer-lhe.

E, é claro, desejar-lhes, a ele e a sua família, um feliz retorno à casa e, sobretudo, também que, no futuro, Flavio continue ocupando os cargos para os quais sua capacidade profissional e diplomática certamente o elevaram. Flavio, bom retorno e, mais uma vez, muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. A Representação do México, por favor.

Representação do MÉXICO (César Manuel Remis Santos): Obrigado. A Representação do México quer somar-se, muito brevemente, às expressões manifestadas, pois fomos testemunhas, assim como as demais Representações, do profissionalismo e da capacidade do Flavio, que ele deixou evidente nos trabalhos com a Associação e, portanto, temos certeza de que terá muito sucesso. Então, apenas resta-nos desejar-lhe sorte e um feliz retorno. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda): Obrigado, Presidente.

Eu gostaria, como Chefe da Missão do Chile, como Embaixador, em primeiro lugar, no que diz respeito a nossa Missão, agradecer e ao mesmo tempo manifestar nossa satisfação e minha satisfação pelas expressões, que foram expressas aqui, de reconhecimento profissional e ao mesmo tempo de afeto pessoal para o Conselheiro Flavio Tarsetti.

Eu gostaria de dizer que ratifico o que aqui escutamos e, sem estender-me nas considerações sobre sua carreira profissional e sobre sua muito boa disposição para a cooperação, o entendimento e a manutenção de boas relações com todas as Delegações e com todos os funcionários da Secretaria, e, sendo ele um profissional característico de nossa Chancelaria, com uma trajetória ascendente e constante e servindo em destinos e em cargos que estiveram geralmente relacionados com o tema da integração e com as relações vicinais de nosso país, neste caso concreto, a Missão junto à ALADI; quero dizer que, para um Embaixador, é muito importante encontrar-se com um funcionário com essas características, porque lhe dá a segurança da continuidade na diplomacia, especialmente no caso de quem, como eu, foi designado pela confiança política do Presidente e não pertence à carreira diplomática. De tal maneira que foi um suporte importante, e foi um nexo muito importante entre o Embaixador e as Delegações acreditadas junto à ALADI.

Quero manifestar isso aqui formalmente e reiterar meu agradecimento, no que diz respeito a nossa Missão, pelas expressões aqui manifestadas para um destacado funcionário de nossa Missão e de nossa Chancelaria.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Por favor, Conselheiro Flavio Tarsetti.

Representação do CHILE (Flavio Tarsetti Quezada): Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, senhores Representantes Permanentes, Embaixadores, senhor Secretário-Geral, senhores Secretários-Gerais Adjuntos, Representantes Alternos, funcionários diplomáticos, funcionários da Secretaria, não quero ser pretensioso de fazer um discurso, mas, sim, quero fazer algumas reflexões pessoais sobre o que foi minha estada neste organismo. Cheguei há cinco anos, em 1998, e vinha com certo ceticismo, para ser-lhes franco. Diziam-me: “mas como você vai para a ALADI, se a ALADI não existe”, mas me motivei, diversas pessoas fizeram-me interessar por este tema da integração e, aos poucos, fui aprendendo que a ALADI não era somente um foro ou um tabelionato para assinar Acordos; a gente vai-se entusiasmando com o trabalho diário, com a inter-relação com os demais funcionários, com a visão que têm alguns Embaixadores sobre o que é a integração e, pouco a pouco, fui-me interessando e fui-me introduzindo nos temas.

Hoje, depois de cinco anos, penso que a ALADI é um organismo muito necessário, mas também creio que estamos indo à falência ao não dar a conhecer ao resto da América Latina que este organismo não se dedica somente à liberalização comercial. Temos que passar a idéia de que a integração é algo muito mais amplo, muito mais complexo e que é um mecanismo que pode contribuir, em algum nível, com algum grão de areia, para resolver as enormes desigualdades sociais que existem em nossos países, para tratar de que nossos Governos desenvolvam políticas que possam, de alguma forma, contribuir para a superação da extrema pobreza que estamos sofrendo e que haja oportunidades de igualdade e de desenvolvimento para todos.

Creio que não é necessário esperar quarenta anos mais, ou oitenta, para poder ter esse anelo e esse objetivo em todas as negociações que se fazem neste organismo, seja neste Comitê, seja nos Grupos de Trabalho, mas sempre deve-se ter como objetivo fundamental que seja para benefício de todos, e não somente o benefício de uns poucos no âmbito comercial, mas que seja desenvolvimento com equidade. Esse é o grande objetivo que temos de tratar de alcançar.

Lamento muito ir embora neste momento, porque, depois de cinco anos, creio que hoje está-se começando a ver os frutos; vários Embaixadores tiveram a visão, a Secretaria-Geral também a teve, de que este organismo podia encarar outros caminhos muito mais amplos, muito mais profundos e nesses últimos meses estivemos vivendo essa idéia do ansiado espaço econômico ampliado latino-americano. Lamentavelmente, vou-me quando começamos a analisar esse tema, mas tenho certeza de que, de Santiago, acompanhá-lo-ei atentamente. Decerto vou trabalhar em áreas que estão intimamente relacionadas com a integração latino-americana e, fundamentalmente, com a relação vicinal do Chile, por isso creio que, sem querer, vou estar novamente introduzindo estes temas e os acompanharei muito atentamente.

Finalmente, quero agradecer a todos. Quero agradecer ao Embaixador Bermúdez, que me motivou nesses temas, ao Embaixador Casanueva, que tem essa capacidade, que admiro, ilimitada de trabalho, de estudo, de perseverança, de iniciativa, creio que são qualidades dignas de elogio. Também quero agradecer a Axel e a Antonieta, que foram fiéis companheiros de longas jornadas de trabalho. A Oscar Quina, a quem desejo o maior sucesso como novo Representante Alternativo.

Quero agradecer aos funcionários diplomáticos, aos Representantes Alternos, meus colegas, meus pares, aos Embaixadores, por toda a colaboração prestada e à Secretaria-Geral, ao Secretário-Geral Rojas, aos Secretários-Gerais Adjuntos, Freddolino e Mejía, e a

todos os funcionários da Secretaria, profissionais, internacionais, técnicos e administrativos, que sempre tiveram gentilezas e colaboração para comigo. Levo a recordação da excelência profissional dos técnicos e dos profissionais desta Associação. Creio que é um grande baluarte do qual a Secretaria deve cuidar. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Flavio.

Representação do CHILE (Flavio Tarsetti Quezada): Gostaria de responder a intervenção do Ministro Ruiz, dizendo que não estou tão certo de que seja assim. Obrigado.

PRESIDENTE: Vamos convidar ao amigo Flavio para que venha receber a bandeja e depois tirar a foto de praxe.

- Faz-se a entrega da bandeja.

2. Assuntos em Pauta

A Ordem do Dia prevê, como segundo ponto, os Assuntos em Pauta, passamos a palavra ao Secretário-Geral para que nos informe a respeito.

SECRETÁRIO GERAL: Com muito prazer, senhor Presidente.

Os Assuntos em Pauta constam do documento que tradicionalmente é incorporado às pastas das Representações e faz parte da presente Ata.

“1. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 37, de 25.II.2003.

Comunica a entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica N° 56, assinado entre os países da Comunidade Andina e os Estados-Parte do MERCOSUL.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1574.

2. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 40, de 10.III.2003.

Envia cópia, anexa, do Decreto 4.612, que estabelece a entrada em vigor do Sexagésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 2, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

A Nota será publicada como documento ALADI/CR/di 1580.

3. Representação Permanente do Paraguai. Nota N° RP/ALADI/4/019/03, de 27.II.2003.

Encaminha cópia do Decreto N° 20.261, que dispõe a incorporação ao ordenamento jurídico interno do Paraguai do Segundo e do Sexto Regulamento da Hidrovia Paraguai - Paraná

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1576.

4. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 070/03, de 24.II.2003.

Comunica a entrada em vigor do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 44, celebrado entre o Governo da República de Cuba e o Governo da República Oriental do Uruguai.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1573.

5. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 068/03, de 21.II.2003.

Comunica a entrada em vigor do Acordo de Complementação Econômica N° 54, assinado entre os Governos dos Estados-Parte do MERCOSUL e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1575.

6. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 073/03, de 25.II.2003.

Comunica que todos os instrumentos assinados pela República Oriental do Uruguai que contenham tratamentos diferenciais ficam incorporados ao ordenamento interno pelo Decreto N° 663/85.

A Nota será publicada como documento ALADI/CR/di 1581.

7. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 074/03, de 28.II.2003.

Comunica a entrada em vigor do Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 36, assinado pelos Governos dos Estados-Parte do MERCOSUL e o Governo da República da Bolívia.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1578.”

Vale destacar que, nesta ocasião, os Assuntos em Pauta referem-se basicamente à entrada em vigor de diversos Acordos, em vários países-membros.

Entre outros, vale mencionar a entrada em vigor no Brasil do Acordo entre a Comunidade Andina e os Estados-Parte do MERCOSUL, as comunicações enviadas pela Representação Permanente do Uruguai, indicando a entrada em vigor do Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre esse país e Cuba, bem como o Acordo assinado pelos Estados-Parte do MERCOSUL com o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, que foram incorporados aos ordenamentos jurídicos nacionais.

Por outro lado, senhor Presidente, desejo informar, nesta oportunidade, que vamos assinar um Acordo de Cooperação com o Comitê das Rotas da Integração da América do Sul, com o qual estamos desenvolvendo um trabalho interessante. Esse Acordo visa institucionalizar o relacionamento de trabalho com vistas, sobretudo, a fortalecer nosso Sistema de Informação de Transporte, o SIT-A. No próximo dia 27 de março, haverá um seminário nesta Sede com esse Comitê, um trabalho conjunto da Secretaria-Geral com eles e, ao final da reunião, em Outros Assuntos vamos informar detalhadamente acerca da realização desse Seminário (sic).

Muitíssimo obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração da Ata correspondente à 826ª Sessão

O ponto três da Ordem do Dia é a consideração da Ata correspondente à 826ª Sessão. Se não há observações, dá-se por aprovada.

4. Apresentação do documento encomendado à Secretaria-Geral pelo Comitê de Representantes ALADI/CR/di 1513, 1513.1 e ALADI/SEC/dt 454.

O ponto 4, o ponto principal do dia, é a apresentação do documento encomendado à Secretaria-Geral pelo Comitê de Representantes.

Solicito ao senhor Secretário-Geral que nos faça a apresentação do documento, o qual pensamos, inicialmente, que seria distribuído na segunda-feira. Obviamente, por razões técnicas, isso não pôde ser feito, de tal maneira que escutaremos a apresentação do documento e teremos um tempo de análise para depois voltar a nos reunirmos.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente. Com efeito, como o senhor disse, por problemas realmente alheios a nossa vontade não pudemos pôr em circulação este documento, como era nossa intenção original, para que esta apresentação fosse como um prólogo ao debate que deverá iniciar-se sobre este tema da conformação do Espaço de Livre-Comércio entre os países-membros da ALADI.

Colocamos em circulação, hoje, o documento marcado com a sigla ALADI/SEC/dt 454, intitulado “Escenarios alternativos para la conformación de un espacio de libre comercio de bienes al interior de la ALADI”, o qual foi elaborado pela Secretaria com base na metodologia que oportunamente foi apresentada na reunião de Chefes de Representação, de 19 de fevereiro de 2003.

Os antecedentes são os documentos informativos publicados pela Secretaria, ALADI/CR/di 1513 e 1513.1, com datas de novembro e dezembro, respectivamente, nos quais se compilam as comunicações enviadas pelos senhores, marcando as pautas gerais para a elaboração deste trabalho, bem como as conclusões da Oficina de Trabalho que teve lugar no Fortín de Santa Rosa, no último dia 27 de novembro.

Como havíamos manifestado no dia em que apresentamos a metodologia, dividimos este documento em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos as características e os efeitos dos acordos assinados pelos países-membros no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, além dos elementos incluídos nos acordos e negociações que os países-membros levaram a cabo com terceiros países, sejam da região latino-americana ou países desenvolvidos.

Este capítulo é importante, porque nele está refletido o acervo da Associação em matéria de acordos e os efeitos que esses acordos provocaram, juntamente com as políticas comerciais de cada um dos países-membros, quais sejam, um incremento significativo do comércio; mas além disso, o que procuramos destacar neste capítulo é a qualidade desse comércio.

Insistimos em reiteradas ocasiões que o fundamental do comércio intra-regional não passa pela cifra de 42 ou de 35 ou de 37 bilhões de dólares, conforme seja um ano bom ou ruim, em termos de *performance* econômica, mas que o significativo é que esse comércio é, basicamente, um comércio de manufaturas.

O contrário acontece no comércio com o resto do mundo, no qual os países-membros da ALADI são, basicamente, exportadores de produtos primários, enquanto que, com a região, o comércio nutre-se de manufaturas. É verdade que essas manufaturas, em muitos casos, são de baixo grau de elaboração e que há, ainda, um grau baixo, não satisfatório, de comércio intra-setorial, que, em outras palavras, mede a capacidade de complementação econômica ou de complementação comercial entre os países. Porém, também é verdade que é o único destino dessas manufaturas ou seu destino fundamental, e que para quatro dos países-membros da Associação, o mercado da região constitui o destino mais importante de suas exportações.

Se bem seja correto que vários deles tenham uma importante relação comercial com os Estados Unidos ou, alternativamente, com a União Européia, ou com os Estados Unidos e a União Européia, mais ou menos de forma similar, também é verdade que um dos países parceiros na Associação é o primeiro ou o segundo destino de suas exportações, que são, basicamente, suas manufaturas.

Então, desse ponto de vista, este capítulo tem uma especial relevância, porque mostra qual é o acervo que temos e que eventualmente temos de preservar frente ao desafio que propõe uma negociação como a que se está realizando para a conformação da Área de Livre-Comércio das Américas. Demonstra claramente o tipo de comércio que os latino-americanos teríamos que preservar e as atividades que deveríamos levar a cabo para que essa situação se mantenha e permita, em um determinado lapso, uma reacomodação do setor industrial, de maneira tal que este possa enfrentar a competição direta, derivada de uma abertura total com os dois países desenvolvidos do hemisfério.

É importante este capítulo também porque, embora não apresente uma análise quantitativa dos efeitos dos acordos assinados alguns dos países-membros com países desenvolvidos, ele apresenta uma análise qualitativa dos mesmos, que se baseia, fundamentalmente, em uma revisão da estrutura desses acordos. Vários países-membros da Associação adquiriram compromissos com outros grupos de países ou com outro país desenvolvido, nos quais foram tratados temas que vão muito além das que foram acordadas no âmbito da Associação. Isso não é dito como uma crítica, mas em um sentido positivo. A estrutura desses acordos é muito importante, porque está marcando uma pauta de negociação não apenas em termos do que poderia ser feito regionalmente, mas também porque reflete claramente quais são os novos componentes da agenda internacional, sobre os quais, eventualmente, a Associação terá de desenvolver algum tipo de ação.

Por tudo isso, este capítulo tem uma especial relevância, reitero, porque marca a pauta do que temos hoje, do acervo de que dispomos, das experiências que temos e do que, visto de um ângulo defensivo, deveríamos preservar, e para o que, visto de um ângulo ofensivo, deveríamos nos preparar, que são os desafios que se nos impõem.

O segundo capítulo do documento refere-se à estrutura e aos condicionantes do Espaço de Livre-Comércio. Aqui falamos de dois tipos de elementos. Em primeiro lugar, de algumas constantes que consideramos devem-se manter, qualquer que seja o cenário, ao longo do desenvolvimento das negociações e que assumimos como tais para a conformação ou articulação desses cenários que apresentamos no Capítulo III. Em segundo, há outros elementos que consideramos que variam ou que poderiam variar no tempo e que condicionam também a articulação dos cenários que apresentamos nesse capítulo.

Dentro das constantes, partimos da base de que existe uma vontade política dos países de avançar neste processo. Entendemos que essa vontade política, expressa na

Resolução 55 (XII) do Conselho de Ministros, marca um ponto de inflexão de grande transcendência para o que será, no futuro, a ALADI. Esta definição política é muito importante porque está resgatando um projeto regional como base da inserção dos países-membros da ALADI no sistema econômico internacional. O processo da ALADI nos últimos tempos, na última década, adquiriu uma tendência muito positiva, em termos de resultados, quanto aos avanços de caráter bilateral e sub-regional, mas o fato de avançar no caminho que pauta o numeral primeiro da Resolução 55 (XII) mostra um ponto de inflexão na definição política da funcionalidade da Associação, porque abre as portas para retomar, então, o caminho de um projeto regional como base do processo de integração.

Obviamente, qualquer decisão que se adote tem de ser compatível com as normas da Organização Mundial do Comércio. O Tratado de Montevidéu está amparado pela cláusula de habilitação que emergiu da Rodada de Tóquio e faz parte do ordenamento jurídico da OMC, da qual também são partes contratantes, ou países-membros agora, todos os que estão sentados ao redor desta mesa.

Este processo de negociação para a conformação de um espaço de livre-comércio teria lugar de forma simultânea com outras negociações, tais como as negociações referentes à conformação da ALCA, a negociação da Rodada de Doha, as negociações que alguns países ou grupos de países da região estão adiantando com a União Européia, as que alguns países-membros realizam, individualmente, em outros foros internacionais, como é o caso do foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, APEC, três países-membros da ALADI são também membros desse foro, e algumas negociações de caráter bilateral que estão levando adiante alguns países-membros com países desenvolvidos.

Consideramos como constante os tratamentos diferenciais, os quais, em toda sua extensão, conformam-se ao que pauta a Resolução Nº 6 do Conselho de Ministros da então ALALC, que estabelece a categorização dos países de acordo com o grau de desenvolvimento, que todos conhecemos.

Partimos também da base de que o que já foi conquistado em matéria de liberalização é irrevogável. Não concebemos que, para levar a cabo esta negociação, seja necessário um retrocesso, o que desvirtuaria, de fato, o próprio esquema que poderia ser proposto para retomar esse caminho regional que assinala o numeral primeiro da Resolução 55 (XII).

Finalmente, todo este trabalho, ou o resultado a que se pôde chegar do processo de negociação que os senhores iniciariam muito em breve, estaria enquadrado pelo Tratado de Montevidéu 1980. Qualquer que seja sua expressão, qualquer que seja o número de países participantes, há fórmulas dentro do Tratado de Montevidéu que permitem recolher os resultados dessa negociação dentro de seu próprio marco jurídico. Independentemente de que, ao final da negociação, não participem todos os países-membros, pode perfeitamente plasmar-se através de um Acordo de Alcance Parcial aberto à adesão dos demais. Seria ideal, obviamente, que ao final da negociação os resultados incluam os doze países-membros do Tratado.

Neste mesmo Capítulo II, assinalamos as variáveis externas. Partimos de uma base, vamos vivenciar todo esse processo de negociação no contexto de uma conjuntura econômica recessiva. Há sintomas muito claros nos países desenvolvidos dessa recessão. É verdade que houve uma ligeira recuperação, sobretudo na maior economia do mundo, mas essa recuperação ainda está muito longe das expectativas que se tinha, e as mesmas condições do contexto político neste momento estariam assinalando que não haveria um processo de recuperação econômica no curto prazo, mas que, pelo contrário, essa situação poderia agravar-se. Obviamente, essa conjuntura negativa internacional afetará as

possibilidades de recuperação do processo econômico nos países em vias de desenvolvimento, como é o caso dos países latino-americanos e em particular dos membros da ALADI.

Como bem dizia o Embaixador Rosselli, não podemos partir da base de que, efetivamente, os prazos acordados para outras negociações serão modificados, mas é indubitável que já há algumas postergações de algumas delas. Viu-se como foi necessário corrigir certas coisas, e poderia haver algumas manifestações de grandes negociações que estão agora sendo desenvolvidas, que, devido à situação pré-guerra, que poderia converter-se em uma guerra a qualquer momento, lamentavelmente, ver-se-iam atrasadas em seu desenvolvimento. Por isso, mantivemos esses cronogramas de negociação como variáveis, ainda que devamos reconhecer que, no caso particular da ALCA, até agora os prazos têm-se mantido.

Finalmente, cremos que há um elemento muito importante a resgatar e é que este processo tem que conviver até que se aperfeiçoe a conformação do Espaço de Livre-Comércio com os acordos já existentes no âmbito da ALADI e com aqueles que possam existir no futuro imediato. Tem que haver uma compatibilidade necessária entre o acervo atual e o que se está construindo. São pontes de alimentação e retroalimentação que, necessariamente, marcam uma pauta dentro da negociação e marcarão uma pauta, seguramente, no aperfeiçoamento do espaço que estamos propondo.

Definimos quatro variáveis internas. Por variáveis internas entendemos aquelas que são inerentes a todo processo de integração. Partimos, em primeiro lugar, dos programas de liberalização de bens, que, por sua vez, têm três componentes: um programa de desgravação, um programa vinculado ao tratamento das restrições não-tarifárias e um programa vinculado à tributação interna. Em segundo lugar, consideramos como elementos inerentes ao próprio processo um conjunto de instrumentos e disciplinas, e aqui começamos a singularizar, com relação aos antecedentes de que dispomos e à encomenda que nos fora feita pelo Comitê de Representantes, dando ênfase especial aos instrumentos e disciplinas vinculadas ao comércio de bens. Adicionalmente, propusemos uma variável interna relativa aos investimentos e outra relativa aos serviços.

Em matéria de liberalização de bens, como já dissemos, é preciso considerar três elementos: desgravação tarifária, tratamento nas medidas não-tarifárias e tratamento na tributação interna. Feitas as revisões pertinentes, optamos que esse tratamento da tributação interna refira-se exclusivamente ao pautado no Artigo 46 do Tratado de Montevidéu 1980, que prevê o tratamento nacional sem discriminação aos produtos importados quando ingressam ao território aduaneiro de qualquer país-membro.

Continuando com o Capítulo II, começamos a vislumbrar que tipo de opções teríamos. Em matéria de desgravação tarifária, ou para o incremento das preferências de forma progressiva, propusemos duas alternativas: uma refere-se ao estabelecimento de um mecanismo universal, gradual, automático e irreversível; a outra, à aplicação da Cláusula da Nação Mais Favorecida. Esta última, juntamente com as compensações que devem ser estabelecidas nesse caso, explicaremos mais adiante, quando falarmos dos cenários.

Quanto às medidas não-tarifárias, haveria um mecanismo ideal que é sua eliminação imediata, mas isso também é irrealista, pensar nisso não teria muito sentido. Portanto, apresentamos lineamentos ou pautas de negociação que poderiam conduzir a sua eliminação de forma progressiva ou, alternativamente, a sua atenuação, ou a sua aplicação concertada em todos os países, de maneira tal que afete o menos possível e não distorça os possíveis resultados comerciais da desgravação.

Como eu dizia, a tributação interna foi assimilada diretamente pelo tratamento nacional previsto no Artigo 46 do Tratado de Montevideu 1980, com o que tocamos num tema que evidentemente levaria muito tempo e para o qual a experiência mostrou, após 40 anos de integração, as dificuldades que existem para avançar no campo da harmonização.

Os instrumentos e disciplinas vinculados ao comércio de bens foram divididos em três categorias: essenciais, complementares e eventuais. Nos instrumentos e disciplinas essenciais incluímos as normas de origem, as cláusulas de salvaguarda e a solução de controvérsias.

Partimos do princípio que, independentemente do cenário desenvolvido, será preciso contar com normas sobre essas três temáticas, para o que indicamos, também, algumas opções de negociação para cada uma delas.

No caso das normas de origem, continuar com um regime como o tradicionalmente aplicado para o comércio intra-regional, talvez um pouco mais aperfeiçoado e muito mais adequado à nova realidade comercial, ou, alternativamente, um regime mais moderno, no estilo do que se estabeleceu originalmente no Tratado de Livre-Comércio da América do Norte e que, posteriormente, foi-se generalizando em muitas das relações comerciais não apenas intra-regionais, mas também com terceiros países.

Em matéria de salvaguardas, apresentamos, também, algumas opções. Propusemos, como era lógico esperar, as estabelecidas na Organização Mundial do Comércio, ainda que, francamente, com muita tristeza que os contenciosos comerciais latino-americanos se resolvam em Genebra. Para tentar resolver esse assunto, indicamos outras duas opções: por um lado, o aperfeiçoamento da Resolução 70 do Conselho de Ministros, para o que entendo que se estão desenvolvendo ações em um Grupo de Trabalho constituído pelo Comitê, e, por outro, fazer um regime totalmente novo.

Quanto à solução de controvérsias, propusemos três opções, que estão amplamente desenvolvidas no Capítulo III do documento. Em seu momento será preciso optar, de acordo com a própria realidade da Associação, escolher uma, mas o que é definitivo é que, para a conformação desse Espaço de Livre-Comércio, além de um programa de liberalização comercial, é necessário que essas três disciplinas, qualquer que seja a orientação que se queira dar, façam parte de seu corpo normativo.

Indicamos um grupo de disciplinas e de instrumentos como complementares, que poderão ser incorporados inicialmente na conformação do Espaço ou não, mas que, em seu momento, deverão ser tratados. Referimo-nos aos regulamentos técnicos, às normas sanitárias, aos procedimentos aduaneiros, a um tema de muita relevância neste momento, que são as compras do setor público, e que, por mais que tenha havido uma diminuição do papel do Estado no processo econômico dos países, continua tendo um peso muito importante no comércio exterior.

Fazemos, também, referência a um tema que está pendente de Resolução, que é a nomenclatura tarifária, assim como à valoração aduaneira, às medidas para prevenir a competição desleal, que incluem o tratamento dos subsídios e do *dumping*, aos tratamentos aduaneiros especiais, à propriedade intelectual e às políticas de competição. Tratamos de estabelecer uma ordem hierárquica, levando em conta as comunicações que nos foram remetidas oportunamente pelo senhor Presidente do Comitê.

Concluimos o Capítulo II com o que denominamos instrumentos e disciplinas eventuais, que se referem à coordenação macroeconômica, às normas ambientais e às

normas trabalhistas. Todos conhecemos as dificuldades com que se depararam nossos processos sub-regionais para avançar na harmonização macroeconômica. No Grupo Andino, os esforços foram inumeráveis; aliás, isso estava previsto no próprio Acordo de Cartagena e, entretanto, depois de mais de trinta anos de existência, os avanços são mínimos. No caso do MERCOSUL, houve também um esforço muito grande para avançar nesta matéria, mas os resultados são, ainda, pouco alentadores.

Com relação às normas ambientais e trabalhistas, apesar de dois países-membros da Associação terem estabelecido Acordos nesse campo, dentro da Associação, o tratamento desta temática tem sido marginal, para não dizer nulo. O que, sim, devemos reconhecer é que estes dois temas são parte importante da agenda para a conformação da Área de Livre-Comércio das Américas e que, para bem ou para mal, independentemente do juízo de valor que elas mereçam, são temas condicionais para que esta área de livre-comércio se torne realidade. A lei que concede à administração norte-americana a Autoridade de Promoção Comercial estabelece que será necessário que qualquer acordo que se faça com os Estados Unidos da América inclua normas no campo do meio ambiente e normas trabalhistas.

Não obstante, em consideração à própria posição que mantiveram os países em via de desenvolvimento e, em particular, os países latino-americanos em diferentes foros internacionais, e considerando a pouca experiência de trabalho neste campo, pensamos que seria um tratamento que poderia ser dado muito mais adiante e avançar, sobretudo, em um tema que centraliza a atenção, como a liberalização do comércio dos bens.

Concluído este Capítulo, entramos no Capítulo III, no qual propusemos diferentes cenários. Provavelmente chame a atenção o fato de serem tão curtos em sua redação. Isso se deu porque tentamos torná-los o mais simples possível, o que, entretanto, requereu um trabalho muito grande, porque implicou ver a viabilidade técnica que efetivamente existia para estabelecer um mecanismo de desgravação tarifária automática. Para tanto, o acervo de trabalho que já tínhamos e do qual dispomos na Associação foi muito útil.

Destacamos, inicialmente, os elementos comuns de negociação. Insistimos em que os objetos de negociação são, em primeiro lugar, o universo tarifário; não podemos pensar em universos parciais, independentemente do tratamento que se dê no final, mas, em princípio, temos que falar de todo o universo tarifário. Um segundo aspecto é que temos que levar em consideração todas aquelas medidas que têm relação com o acesso ao mercado dos países-membros da Associação, o acesso recíproco aos mercados. O terceiro refere-se às disciplinas essenciais, isto é, estamos falando aqui de uma soma de fatos, de elementos, que têm que ver com o programa de liberalização, com as normas de origem, as cláusulas de salvaguarda e um mecanismo para a solução de controvérsias.

Destacamos especialmente, porque também faz parte da prática comercial normal, a convivência desse acordo multilateral com os acordos de tipo bilateral ou sub-regional existentes, até que matérias como, por exemplo, a liberalização comercial, sejam absorvidas pelo acordo multilateral. Porém, em todo caso, isso terá de ser parte do processo de negociação, porque, no final, será preciso tomar uma decisão com relação a esse vínculo, a essa ponte que é muito importante nesses momentos para acometer o processo de negociação entre os Acordos de Alcance Parcial, categorizando nesse contexto a Comunidade Andina, ainda que assim não seja do ponto de vista jurídico, e o projeto regional que se tenta estruturar com base na conformação de um espaço de livre-comércio.

Indica-se, igualmente, no começo deste Capítulo, que será uma decisão política dos países participantes, a incorporação de outras variáveis internas no processo de negociação, sejam elas complementares no que se refere à matéria de bens, ou correspondam aos temas de investimentos e de serviços. Isso fica ao livre arbítrio dos países e resultará da própria negociação que se realize. Reiteramos, o trabalho foi centrado, basicamente, no comércio de bens, sem prejuízo de que se possa acometer ações no campo dos investimentos ou no campo dos serviços, se esse for o desejo dos países, para o que incluímos algumas opções no Capítulo II.

Igualmente, com a finalidade de contribuir para agilizar o processo de negociação, vimos a possibilidade de estruturar uma cláusula especial que permita atender emergências comerciais, se é possível denominá-las assim. Para as finalidades deste trabalho, a chamamos de “cláusula gatilho”, uma vez que ela seria ativada automaticamente como consequência de um determinado incremento do comércio. Em todo caso, o que propusemos neste documento é o conceito geral, na medida em que a negociação avance, serão definidos e esclarecidos conceitos e estabelecidos certos critérios para a aplicação dessa cláusula, que pode ser muito nova e interessante como mecanismo facilitador do processo de negociação.

Quanto aos cenários, propusemos quatro. Pode-se trabalhar de mil maneiras, podemos fazer mil tipos de cenários como esse a partir de diferentes combinações de variáveis. Trabalhamos, basicamente, com as variáveis internas pelas razões que já expusemos. Não poderíamos aqui fazer cenários com uma conjuntura favorável, com uma conjuntura desfavorável, porque não terminaríamos nunca. Portanto, assumimos certas concepções e o que é importante assinalar é que tratamos de desenvolver esses cenários com critérios técnicos e considerando sua viabilidade política, com a possibilidade de serem postos em prática, sem prejuízo de que se possa optar por fazer uma nova combinação de variáveis, para o que realizamos as propostas do Capítulo II.

Um primeiro cenário prevê a desgravação tarifária para o comércio intra-regional em quatro anos. Identifica-se todo o patrimônio preferencial que já existe e indica-se a necessidade de iniciar uma negociação em paralelo, tanto do ponto bilateral, como regional, para encurtar os prazos de tal maneira que o total do universo tarifário esteja liberado em 1º de janeiro de 2008.

Um cenário perfeitamente válido, que dependeria da vontade política dos países de acometer a desgravação por essa via e, para o qual, como em todos os demais cenários que propusemos, contemplamos os tratamentos diferenciais previstos no Tratado de Montevidéu 1980. Para isso, levaram-se em conta alguns critérios similares aos definidos no Acordo de Alcance Regional Nº 4, porém adaptados à realidade atual.

Um segundo cenário prevê também uma desgravação geral em quatro anos, mas respeitando os cronogramas de desgravação estabelecidos nos Acordos de Livre-Comércio vigentes na Associação. Contempla-se, para alguns itens, prazos de desgravação superiores a quatro anos e estabelecem-se certos critérios para situações especiais, de caráter setorial, ou, ainda, para produtos específicos, que levariam a um processo de liberalização completo para depois de 2008.

O terceiro cenário baseia-se ou fundamenta-se na experiência das negociações atualmente em curso e prevê um processo de desgravação em seis anos. É similar ao cenário anterior no que diz respeito ao tratamento de casos especiais e de certos setores ou produtos específicos, para os quais a liberalização, eventualmente, poderia ser alcançada depois de 2008.

O último cenário que propusemos, repito, sem prejuízo de que outros possam ser construídos, refere-se à aplicação da Cláusula da Nação Mais Favorecida, não apenas aos acordos com terceiros, mas também aos Acordos intra-ALADI. Isso lembra as listas nacionais que enumeradas na mesa da Sala B em seu momento.

Aqui, à diferença dos anteriores cenários, o peso da negociação recairá sobre a forma de compensar a outorga da Cláusula da Nação Mais Favorecida, em virtude de que alguns dos países-membros ou não têm Acordos de Livre-Comércio ou têm muito poucos.

Sem dúvida, esse seria um trabalho laborioso, mas de outro ponto de vista, também poderia facilitar a elaboração desses cronogramas de desgravação tarifária, já que um país que tenha negociado ou completado ou esteja por completar seu leque completo de livre comércio e que, além disso, tenha negociado com terceiros países, estenderia aos demais as concessões que tivesse feito através da aplicação dessa cláusula, porém com a outorga de determinadas compensações. Utilizando um termo que não é o más adequado, se inverteria o ônus da prova. Não seria aquele que negociou com outros países o que teria que outorgar, mas aquele que tem de negociar é quem deve buscar a fórmula para compensar essa outorga de vantagens concedidas originalmente a outros.

O documento termina, determinando pautas quanto aos outros elementos que fazem parte dos cenários, bem como fazendo referência às restrições não-tarifárias e aos instrumentos e disciplinas essenciais, quer dizer, normas de origem, cláusulas de salvaguarda e o mecanismo de solução de controvérsias. Também são apresentadas, como já havia mencionado anteriormente, algumas orientações para a negociação. Esses são os quatro cenários, mas é possível construir mais “n” cenários.

Nossa intenção, senhor Presidente e senhores Representantes Permanentes, foi, em primeiro lugar, é lógico, cumprir com a encomenda que nos haviam feito e, em segundo lugar, colocar este tema na mesa para começar a discuti-lo, para dar início ao processo de negociação. Obviamente, não se trata de uma negociação fácil, estamos conscientes de que isso não é uma questão que irá concluir-se amanhã, por mais vontade política que se tenha. Por trás da desgravação e da aplicação de mecanismos comerciais há muitos interesses em jogo, que deverão ser compatibilizados, mas, indubitavelmente, o que se tem de resgatar disso é que o fato político, que o numeral Primeiro da Resolução 55 (XII) está marcando, dá uma pauta de mudança no que tange à utilização desta Associação e a orientação dos trabalhos que ela deve desenvolver no futuro imediato.

Senhor Presidente, a Secretaria-Geral fica à inteira disposição dos países para qualquer consulta ou solicitação, não apenas nesta mesa, mas também em nossos escritórios, onde temos as portas abertas para contribuir para que este processo possa tornar-se realidade e, oxalá, em um período relativamente breve. Muitíssimo obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Secretário.

Simplesmente para recordar o que havíamos concordado nesta Mesa, mencionamos que esse é um primeiro rascunho, sujeito a todo tipo de correções, a todo tipo de reflexões que elaboremos em comum no desenvolver de nossos trabalhos. Eu quero felicitar à Secretaria-Geral, porque a realidade é que num lapso muito curto de tempo e, ademais, numa época do ano em que é muito difícil o trabalho, por causa das férias, por ter podido apresentar esse documento que, certamente, terá observações e modificações, mas que nos dá uma boa base de trabalho inicial.

Alguma Representação gostaria de formular algum comentário? Passo a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda): Um comentário, efetivamente, Presidente.

Primeiro uma apreciação, da exposição do Secretário-Geral e de uma leitura rápida feita durante sua apresentação desse documento, e sem prejuízo, é lógico, de uma avaliação exaustiva e exegética que todos nós faremos do que aqui se propõe, eu me atreveria, assim como se diz em linguagem jurídica, *prima facie* a dizer que esse documento nos faz aterrissar e marca o que seria a hora da verdade.

Nesse sentido, felicito à Secretaria, porque realmente é um documento esclarecedor das opções que temos diante de nós, em todos os sentidos e, além disso, estabelece quatro cenários que podem ser oito, dez, dezesseis, depende das combinações que se faça, mas quatro cenários que me parecem bastante razoáveis, tal como foram propostos. O fato de que isso, ademais, esteja proposto de maneira estrita parece-me que é melhor, porque é mais simples, e simples não se opõe a profundo, muitas vezes para que seja profundo tem que ser simples e, neste caso, creio que é assim.

Parece-me muito interessante e imaginativa, também, a fórmula proposta com respeito ao que ocorre com os Acordos extra-regionais; essa fórmula nova de inverter o peso da negociação, parece-me uma saída inteligente e, dito muito preliminarmente, sobretudo por alguém que seguramente estava na mira quando elaboraram essa proposta, e outro país desta mesma sala, que também está nas mesmas condições que nós, mas dito assim, preliminarmente, parece-me imaginativo e uma coisa interessante de analisar.

Isso como primeira consideração, e como segunda, algo da ordem de procedimento metodológico e, atendendo aos prazos em que temos de trabalhar, porque este documento é o ponto de partida, vem a ser também o gatilho do que temos de fazer para preparar a proposta para o Conselho de Ministros, que se realizará em agosto, setembro ou outubro, na data que determinemos, mas que, em todo caso, está muito próxima.

Então, tenho a impressão de que o que se apresenta, por exemplo, entre as páginas 18 e 28, ou seja, do ponto II.3 ao II.5, constitui-se em uma espécie de *checklist* que, assim posto, nossas Chancelarias o que teriam de fazer é ticar as fórmulas, em cada caso, em que o país encaixar, e isso é a primeira coisa que teríamos que trazer aqui, antes de ver os cenários, ou seja, onde me encaixo quanto ao programa de desgravação tarifária, qual dessas alternativas, em qual me encaixo quanto às normas técnicas, em qual me encaixo quanto à solução de controvérsias, enfim, em cada uma, e isso nos dará uma matriz muito fácil de processar, sobre quais são os pontos de convergência, quais são os de diferença, quais são os que estão mais distantes do núcleo e quais estão mais próximos do núcleo do que seria o *corpus* disso, porque, depois, os cenários já são uma implementação. Temos que escolher, mas o *corpus* está aqui. É uma matriz de dupla entrada.

Então, Presidente, eu considero que o caminho a seguir para que isso seja feito com certa rapidez, seria darmos um prazo para elaborar essa primeira matriz, e isso nos dirá onde estamos e se devemos seguir adiante ou não, porque se, de repente, acontecer que na *checklist* os tiques feitos por cada país sejam de tal maneira divergentes que no final das contas teríamos de aplicar o ditado aquele: "Nossa Senhora, me deixe como estou", porque é preferível isso a insistir em uma coisa que não terá maior viabilidade.

Portanto, eu sugeriria Presidente, que, entendendo que isso tem que ser estudado pelas Delegações, que temos de mandar para as Chancelarias, que lá todo mundo tem de opinar, etc., proponhamo-nos um prazo, que cada um de nós, no prazo que seja, cada Representação apresente formalmente à Secretaria uma nota dizendo, aqui estão os meus tiques nos vinte e cinco temas propostos e a Secretaria reúna tudo, faça a matriz, nos apresente e aí veremos onde estamos e, daí para a frente, vejamos como continuar. É tudo, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto): Muito obrigado, senhor Presidente.

Tampouco eu posso fazer um comentário mais profundo sobre este documento que acabamos de receber, mas gostaria também de somar-me às felicitações à Secretaria pelo trabalho executado e aos agradecimentos apresentados com algo que veremos como chegamos a uma espécie de mapa que, com as diferentes estradas que poderiam levar-nos aonde queremos chegar, começando, como bem assinala o documento, pela questão de decidir se queremos viajar, porque o mapa não serve de nada se não se quer viajar. Veremos se temos o carro, a gasolina, etc. , mas aqui temos diante de nós, como disse o Embaixador Casanueva, um documento que aterrissa o tema e passamos agora de uma coisa genérica de discursos de integração, etc., para ver como se pode fazer o que, creio, todos queremos fazer, se é viável, como seria quanto ao tempo, etc.

Examinaremos, é claro, este documento na Delegação, e o enviaremos ao Ministério, em Brasília, para que também o examinem; isso envolve, é lógico, vários organismos de Governo, é um exame aprofundado que se deve fazer, mas acredito que temos uma excelente base de trabalho.

Parece-me muito interessante a sugestão de que estabeleçamos alguns prazos para tratar de definir um cenário básico. Eu, neste momento, não teria realmente uma sugestão imediata de como avançar neste trabalho, mas creio que talvez pudéssemos fazer consultas informais entre nós para ver como se poderia acompanhar em reuniões informais, de Grupo de Trabalho ou de Chefes de Representação, como fizemos antes, algo assim, mas detalhar realmente como vamos atacar cada um dos temas, que também apresenta este documento, nesta primeira avaliação que podemos fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal): Obrigado, Presidente.

Na realidade, as exposições do Embaixador Casanueva e do Embaixador Pericás, de alguma maneira, manifestaram o que queríamos dizer, Presidente, mas não gostaríamos de deixar de indicar que, na realidade, este documento é o que a Representação do Paraguai esperava. Sem entrar a fundo no documento, vemos que estrutura uma forma de análise e de metodologia apropriada.

Presidente, nós gostaríamos de propor que, como este documento terá de ser enviado a nossas Chancelarias, entendemos que poderia ser muito interessante que, em um prazo razoavelmente curto, que poderia ser a próxima semana, fizéssemos uma reunião de Chefes de Representação para trocar opiniões na área metodológica e trabalhar sobre seus aspectos essenciais. De novo, felicito a Secretaria por este documento. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. A Representação do Peru, por favor.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride): Obrigado, senhor Presidente.

Um pouco de palavras somente para, em primeiro lugar, expressar à Secretaria-Geral o agradecimento da Representação do Peru pela preparação e elaboração, tão minuciosa, tão bem estruturada deste documento, que me dê o trabalho de examinar, particularmente os itens que são de interesse para meu país. De maneira preliminar, antes da intervenção do senhor Secretário-Geral e depois, à medida que ia escutando sua exposição, fui estruturando meu pensamento, é por isso que me permito dizer que o documento é, inclusive, melhor do que eu eventualmente pedi no início. Como todos faremos, ele será enviado a nossas respectivas capitais para análise.

Depois de escutar atentamente as intervenções dos Representantes do Chile, do Brasil e do Paraguai, coincido plenamente com tudo o que eles disseram, mas gostaria de insistir na necessidade, senhor Presidente, de que o tempo corre contra nós, e me permitiria adiantar a possibilidade de que o estudem o antes possível. Sou plenamente consciente de que há uma série de aspectos que não se circunscrevem exclusivamente à Chancelaria, que passarão a outros setores, mas o fato é que este tema é de tal envergadura, de tal importância, que creio que, colocando-o no nível em que deve estar, de análise e de decisões, proporei formalmente a meu Governo um prazo de trinta dias, parece-me mais prudente para uma primeira aproximação. Dessa maneira, a Secretaria-Geral poderia efetuar um quadro, no qual esteja, baseando-nos na idéia do Embaixador Casanueva, a *checklist*, de tal forma que nós possamos começar a vislumbrar se realmente estamos, de maneira geral, aproximando-nos do núcleo ou se, pelo contrário, vemos uma tendência a nos separar.

Considero que se cumpre plenamente o imposto pela Resolução do Conselho de Ministros e considero, ainda, que será o tema central da próxima reunião, a essência mesma da reunião desse Conselho; sinto que este documento pode despertar tal interesse pelo que o diferencia do que vimos no ano passado, que poderíamos ter uma concorrência muito significativa de Chefes de Pasta.

Obrigado. Senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, Embaixador. Passo a palavra à Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Em primeiro lugar, desejo felicitar muito especialmente a Secretaria-Geral pelo documento que nos apresentou hoje.

No caso particular da Representação da Colômbia, encontramos que este documento compila e apresenta as preocupações que tanto estivemos debatendo neste foro e nos dá os insumos para que nossos países possam reflexionar sobre o futuro da ALADI, e creio que, a partir deste documento, poderá ser expressa a vontade política dos países.

Penso que este documento obriga a cada um dos países-membros a fazer uma análise exaustiva e a tomar uma posição, por isso quero felicitar especialmente a Secretaria e sinto-me muito satisfeita de poder participar deste processo que nos indicará a rota para o futuro. Isso era o que eu queria dizer.

PRESIDENTE: Muito obrigado. A Representação do Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Elbio Rosselli): Obrigado, Presidente.

Os senhores não têm por que sabê-lo, mas eu sou nascido e criado no interior do Uruguai, eu sou de Florida, quando o senhor ofereceu a palavra, pensei que íamos ficar simplesmente com a apresentação do Secretário-Geral e, quando Héctor atirou a primeira pedra, veio-me à mente aquele velho dito do campo, “comer e coçar, basta começar”. Aqui faríamos uma paráfrase disso e diríamos que opinar e coçar, basta começar e, como começamos, eu também vou meter a colher.

Somo-me muito concretamente à expressão de todo mundo, creio que é um muito bom documento de trabalho. Minhas únicas observações são duas, basicamente, uma é que, enquanto estamos aqui com esses cenários, há dez dias atrás, onze dos doze países aqui presentes apresentamos ofertas de desgravação tarifária no âmbito da ALCA, por conseguinte, às vezes tem-se um pouquinho essa sensação de que nossos Estados ou nossos Governos podem estar sofrendo do que se chama em psicologia de uma desordem de personalidades múltiplas, não é mesmo?

Então, com todos os cenários que os senhores nos propõem aqui e com este comentário em relação ao que nossos Governos acabam de fazer há um par de semanas atrás, vem-me à memória uma leitura de um livro que li em criança, mas que li com muito mais proveito depois de grande, que é Alice no País das Maravilhas. Quando, em um determinado momento, Alice encontra-se frente a uma bifurcação do caminho e ali, pendurado na árvore, está esse personagem tão simpático que é o gato de Cheshire, aquele que aparece e desaparece, restando apenas seu sorriso, e Alice lhe pergunta: “gato, gato, qual dos caminhos tenho de tomar?” e o gato lhe diz: “menina, isso depende muito de aonde queres ir”.

Creio que aqui, senhor Presidente, não o tome como uma ofensa, a Secretaria está agindo como o gato de Cheshire, dizendo-nos que o caminho que queremos tomar depende muito de aonde queremos ir. Reflexionaremos, voltaremos a isso, e agradeço à Secretaria. Um excelente trabalho. Obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Passo a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González): Obrigada, senhor Presidente.

Bem, principalmente queria, assim como os colegas de Mesa, felicitar à Secretaria, não apenas pelo documento, mas também pela explicação tão simples e, ao mesmo tempo, profunda que fez o Secretário-Geral de toda a documentação, e considero que está bastante bem feito, é um caminho aberto para nós, que nos facilitará, como dissemos anteriormente, o trabalho que temos de realizar para cumprir a Resolução 55 (XII). Muito obrigada.

PRESIDENTE: Obrigada. A Representação da Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Jorge Alberto Ruiz): Obrigado, Presidente.

Creio que não é inútil neste caso em particular voltar a reiterar o apreço que todos temos pelo trabalho da Secretaria, realmente é um muito bom trabalho, não posso dizer que seja tão bom como o de Lewis Carroll, mas certamente nos dará a possibilidade de avaliar se efetivamente podemos fazer algo ou efetivamente não podemos fazer nada.

Porém, não é esse o objetivo pelo qual pedi a palavra, eu acredito que aqui se desenhou uma metodologia de trabalho que foi proposta pelo Embaixador Casanueva, pelo

Embaixador Pericás, etc., que é totalmente aceitável. Minha única preocupação, e pergunto com toda inocência em voz alta, é se não necessitamos, além disso, entender um pouquinho do que estamos falando. Isso não é tão simples como parece, creio que o Secretário o tornou muito simples, mas uma coisa é o que o Secretário torna muito simples e muito didático e outra coisa é o que efetivamente todos estamos entendendo. Então, para qualquer consulta que efetuemos ou qualquer análise que façamos, devemos ter claro o que é que estamos dizendo, não deverá acontecer que interpretemos mal alguns dos elementos, sumamente densos, que estão neste papel e estejamos consultando nossas próprias capitais sobre coisas totalmente diferentes.

Então, eu me perguntava se, adicionalmente a isso, não valeria a pena trabalhar algum procedimento, muito simples, no nível que a Presidência e os demais colegas estimem pertinente, para revisar metodologicamente e revisar o que é o que estamos dizendo em cada uma dessas idéias, parece-me que todos demos por entendido o que era, com um grande sorriso vemos “que bem que nos explicaram isso!” e me parece que não é exatamente o resultado que podemos encontrar se ficamos com esse critério. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández): Muito obrigado, senhor Presidente.

Quero apenas somar-me às felicitações ao Secretário Geral por sua apresentação e aproveitar a oportunidade de que se encontra presente uma grande quantidade de funcionários da Secretaria para também felicitar o esforço que realizaram neste documento, que, tenho certeza, tem uma qualidade tremenda, que foi a síntese de trabalho e de muito esforço. Não me atrevo a opinar nesse momento sobre ele, porque, indubitavelmente, nem sequer me dei ao trabalho de lê-lo, porque penso que, em nosso caso particular, seria preciso fazê-lo com muita profundidade, não por uma questão de apreensão, mas simplesmente porque este documento foi feito precisamente para ser estudado e analisado profundamente, por isso não me atrevo a opinar sobre ele, mas estou convencido de que tem toda a qualidade.

Penso, de alguma maneira, que independentemente de que possamos ter nossas dúvidas sobre alguns aspectos metodológicos e outros, não é excessivo fazer esse tipo de consulta metodológica, não sei se será em nível de Chefes de Representação, se nos reuniremos para ver esses temas muito pontualmente, mas o fundamental será o debate, a análise e a idéia que passou o Presidente do Comitê, de que este é um primeiro rascunho, sobre o qual estaríamos trabalhando, que depois de recebermos as principais opiniões ou a *checklist*, como foi chamado aqui, e depois de fazermos os correspondentes debates e a análise nas instâncias a serem determinadas, aí começaríamos a dar corpo a este relatório e ao que se deve apresentar. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda): A proposta que fez o Embaixador Casal, de fazer uma reunião de Chefes ou um “Santa Rosa II”, a fórmula que se encontre mais adequada, mas que nos permita justamente falar sobre o que estamos entendendo desses temas e perfilar, talvez, melhor, creio que pode ser um bom insumo para a consulta que cada um de nós fará a sua Chancelaria, porque, inclusive, haveria uma certa uniformidade na forma de consultar, creio que é válido, eu me somo a essa proposta e diria que o fizéssemos o mais rápido possível.

Não resisto a dizer ao Embaixador Rosselli que, além de estar na posição do gato, no caso da Secretaria, nesta situação dos caminhos a escolher, eu creio que estamos entre Alice no País das Maravilhas e o poeta espanhol, dizendo aquilo de que não há caminho, o caminho se faz ao andar. De certo modo, também, deve-se construir um caminho, não necessariamente os caminhos que se nos apresentam existem, pode haver outros caminhos por fazer.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Eu escutei atentamente as diferentes propostas, tratando de ordenar um pouco as coisas. Consulto-os, creio que temos que dar um tempo mínimo de leitura e reflexão sobre o documento, de análise interna, digamos, em cada uma das Representações, é um documento muito substancioso, muito medular, e parece-me, aliás, falando de caminhos e de gatos, que, como vamos percorrer um caminho em que há muitos gatos aparelhados, seria bom que as urgências não nos fizessem cometer erros nas propostas que façamos deste documento a nossas capitais.

Nossos Governos estão submetidos a uma série de tensões de negociações internacionais muito complexas, então, creio que deveríamos buscar maneiras de levar isto com a profundidade que tem, mas junto com isso, buscando caminhos simplificados de análise, por isso me parece muito útil a proposta de José María Casal de acordar metodologicamente como vamos avançar neste tema. Eu, pessoalmente, considero que é muito útil a proposta do Embaixador Casanueva no sentido de fazer uma espécie de *checklist*, na qual fiquem refletidas as concordâncias e as discórdias que tenhamos nessa matéria. Para ser franco, creio que, para além do ordenamento, temos hoje mais ou menos claro onde estão os pontos de concordância e divergência nessa *checklist*.

Consulto, estava pensando que na semana que vem não teríamos reunião de Comitê formal, mas me dizia a Secretaria-Geral que no dia 19 teríamos a apresentação das Cartas Credenciais do novo Embaixador da Bolívia e que, além disso, faríamos a transferência do mandato, mas eu proporia que, se 19 é quarta-feira, que tenhamos antes uma reunião de Chefes de Representação com o apoio que cada um considere necessário, por exemplo, na terça-feira que vem. Creio que é um tempo mínimo necessário para ler o documento, para debatê-lo internamente e vir com nossas reflexões, dúvidas, preocupações, perguntas ou o que seja para percorrer esse caminho da concordância metodológica.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Quero dizer que na próxima terça-feira nos estão convocando para a Assembléia do Corpo Diplomático acreditado aqui no Uruguai, pela manhã, razão pela qual creio que não é uma boa escolha.

PRESIDENTE: Ficamos com a tarde, querida amiga.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero): Se o dia for bem utilizado, fica marcado para a tarde.

PRESIDENTE: Embaixador Rosselli, por favor.

Representação do URUGUAI (Elbio Rosselli): Entendi que a proposta era na quarta-feira 19, e a Embaixadora falou de terça-feira.

PRESIDENTE: É o seguinte, eu pensava que poderíamos fazer uma reunião de trabalho na quarta-feira 19, o que sucede é que a Secretaria-Geral me comunicou que, na quarta-feira 19, teríamos a apresentação das Cartas Credenciais do senhor Embaixador da Bolívia.

Parece-me que o clima que necessitamos para trabalhar sobre um documento desta natureza é um clima de maior “recolhimento”, mas eu não tenho inconvenientes de que seja na própria quarta-feira 19. O primeiro ponto seria a apresentação das Cartas Credenciais e, a partir dali, uma reunião que, pergunto se queremos dar-lhe caráter formal; eu me inclino pela informalidade.

Vejo pelos gestos dos colegas que faríamos a reunião formal de apresentação das Cartas Credenciais na quarta-feira 19 e, uma vez concluída, faríamos uma reunião informal de Chefes de Representação, com o apoio técnico que cada um considere necessário, para começar a analisar o documento e os procedimentos metodológicos para continuar o tema.

Sobre isso, alguma Representação deseja fazer algum comentário? Se não há comentários, concordaríamos com o que acabamos de dizer, quarta-feira, dia 19, no horário habitual, reunião de Comitê de Representantes e, depois da apresentação das Cartas Credenciais, daríamos tratamento a este tema.

Passo a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente.

Simplemente para, antes de concluir o assunto, agradecer as expressões das Representações Permanentes e, efetivamente, para, mais que agradecer essas expressões, agradecer a todos os colegas da Secretaria-Geral pela colaboração que nos ofereceram na elaboração deste trabalho, o mérito, como sempre digo, não é do Secretário, o Secretário simplesmente dirige a orquestra, mas sem os instrumentos e sem os executantes dos instrumentos não há orquestra, e eu queria deixar expressa constância em Ata de meu agradecimento como Secretário-Geral a todos os funcionários da Secretaria, começando pelos dois Secretários-Gerais Adjuntos e pelo meu Chefe de Gabinete, pelo trabalho que realizaram para concluir este documento.

Além disso, senhor Presidente, com o ânimo de colaborar com este trabalho, quero ressaltar dois aspectos. O primeiro é que vamos fazer circular o mais breve possível nossa intervenção desta manhã, ainda vamos decidir se simplificamos a edição, talvez a mandemos como um sumário da transcrição do que falamos pela manhã de hoje. A faremos mais breve e, além disso, ressaltar, senhor Presidente, que temos nossas portas abertas para qualquer consulta que se queira realizar sobre este tema, com muito prazer vamos atender com a urgência merecida.

É tudo, senhor Presidente, e, novamente, agradeço aos funcionários que dirijo nesta Secretaria pelo excelente trabalho que fizeram. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Com este assunto damos por concluída a consideração do ponto quatro da Ordem do Dia.

5. Outros Assuntos

Passamos ao ponto cinco, Outros Assuntos. Passo a palavra à Secretaria-Geral, que informará sobre o Comitê de Rotas de Integração.

SECRETARIA (Hugo Luraschi): Muito obrigado, senhor Presidente.

Bom dia, a Secretaria-Geral gostaria de informar que, no dia 27 de março, realizar-se-á o Seminário Temático do Comitê das Rotas de Integração da América do Sul do presente ano.

Esse Comitê é uma entidade, criada em 1996, por instâncias da iniciativa privada e trata de temas de infra-estrutura e de integração física como elementos essenciais para a expansão do comércio intra-regional. É um Comitê que, inicialmente, foi criado com representantes dos corpos diplomáticos acreditados junto ao Governo da República Federativa do Brasil, com representantes do setor privado envolvido no comércio internacional do Brasil e dos países limítrofes e, com o correr do tempo, foram-se agregando representações de Organismos Internacionais, dentre os quais está a Secretaria-Geral, a CEPAL e, ultimamente, a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul-Americana, a IIRSA. Em conseqüência, reúne uma quantidade bastante respeitável e considerável de porta-vozes que, através de suas intervenções e de suas análises e sugestões, sem dúvida, vão criar um âmbito de apoio direto a todas as iniciativas e empreendimentos que se realizem em matéria de integração física na região.

Está previsto o início desse seminário para as 9h 30m do dia 27. Atualmente, já confirmaram sua presença o senhor Ministro dos Transportes do Uruguai, está por confirmar-se a presença do senhor Ministro dos Transportes do Brasil, e foi convidado o Senhor Chanceler do Uruguai para a sessão de abertura. Como bem disse o senhor Secretário-Geral, durante o Seminário também será realizada a assinatura de um convênio de cooperação entre a ALADI e o Comitê das Rotas da Integração, a fim de assegurar um intercâmbio de informação e estudos, dado que, no entender da Secretaria-Geral, os integrantes deste Comitê, através do convênio, podem encontrar um espaço de ressonância e de consideração adequado para cumprir com seus objetivos.

O seminário traz temas vinculados às interfaces da distribuição física internacional, ao transporte em todos os seus modos, à energia e ao ambiente, aos usuários dos serviços de distribuição e, fundamentalmente, aos últimos avanços registrados nos estudos que visam identificar projetos na região que tenham como fim otimizar a utilização dos recursos do comércio exterior.

Era isso, senhor Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal): Obrigado, Presidente.

De maneira muito breve, como é do conhecimento, esse é um tema de muita importância para meu país. Gostaríamos de saber se seria possível saber quem já confirmou sua presença. Agradecemos muito algumas gestões que se possam fazer em cada um de nossos países para que os representantes possam assistir.

PRESIDENTE: Obrigado. Haveria alguma resposta para dar à consulta do Embaixador do Paraguai?

SECRETARIA (Hugo Luraschi): Sim, nós estamos em condições de informar nesta tarde. Estamos recebendo confirmações, lamentavelmente não com a antecedência que gostaríamos e até o momento temos confirmadas presenças bastante importantes e lhes enviaremos.

Representação do PARAGUAI (José María Casal): Obrigado, creio que será útil para todos. Seria bom que nos enviassem essa lista e nos informassem permanentemente para que possamos fazer as gestões correspondentes. Obrigado, Presidente.

SECRETARIA (Hugo Luraschi): Sim, correto, não há problema.

PRESIDENTE: Desculpe, eu vou tornar extensiva essa solicitação para que informe a todas as Representações, pois eu estava comentando precisamente com minha Representação que nós tampouco temos conhecimento das pessoas que foram convidadas da Argentina, nem se alguns já confirmaram sua presença. Como, além do mais, este tema vincula-se intimamente com o tema da IIRSA, seria bom que nos fizessem chegar as informações o quanto antes para poder garantir a presença dos funcionários que tratam desses temas.

Sobre este ponto há alguma outra questão que queiram informar?

Sendo assim, damos por concluída esta parte do trabalho, concluímos a Sessão do Comitê de Representantes e entraríamos de acordo quanto ao que havíamos conversado anteriormente para a consideração do tema orçamental, após a pausa.
